



13 a 17 de junho de 2016

saude@vda.pt

SAÚDE

LEGISLAÇÃO

[Declaração de Retificação n.º 639-A/2016 - Diário da República n.º 112/2016, 1º Suplemento, Série II de 2016-06-14](#)

NACIONAL

Saúde - Gabinete do Secretário de Estado Adjunto e da Saúde

Retifica o Anexo do Despacho n.º 7709-A/2016 (Identifica como carenciados na área de Medicina Geral e Familiar os serviços e estabelecimentos de saúde que constam do quadro anexo, tendo em vista a abertura de procedimento concursal para celebração de contratos de trabalhos, no cumprimento do Decreto-Lei n.º 24/2016, de 8 de junho), publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 111, de 9 de junho de 2016

[Portaria n.º 165/2016 - Diário da República n.º 112/2016, Série I de 2016-06-14](#)

Saúde

Altera a [Portaria n.º 340/2015](#), de 8 de outubro, que regula, no âmbito da Rede Nacional de Cuidados Paliativos, a caracterização dos serviços e a admissão nas equipas locais, bem como as condições e requisitos de construção e segurança das instalações de cuidados paliativos

[Diretiva \(UE\) 2016/943 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 8 de junho de 2016, relativa à proteção de know-how e de informações comerciais confidenciais \(segredos comerciais\) contra a sua aquisição, utilização e divulgação ilegais \(1\)](#)

COMUNITÁRIO

REGULAÇÃO

[Resolução n.º 16/2016 - Diário da República n.º 115/2016, Série II de 2016-06-17](#)

Presidência do Conselho de Ministros - Conselho de Ministros

Designa a presidente do conselho de administração da Entidade Reguladora da Saúde

PRESIDÊNCIA DO
CONSELHO DE
MINISTROS

Saúde - Gabinete do Secretário de Estado Adjunto e da Saúde

Designa os membros da Comissão Nacional de Cuidados Paliativos, cuja súmula curricular consta em anexo

MINISTÉRIO DA
SAÚDE

[Despacho n.º 7825/2016 - Diário da República n.º 113/2016, Série II de 2016-06-15](#)

Saúde - Gabinete do Secretário de Estado da Saúde

Determina que, é criada a Comissão de Acompanhamento do Compromisso para a Sustentabilidade e o Desenvolvimento do Serviço Nacional de Saúde, adiante designada Comissão de Acompanhamento

[Despacho n.º 7709-B/2016 - Diário da República n.º 111/2016, 2º Suplemento, Série II de 2016-06-09](#)

Saúde - Gabinete do Secretário de Estado da Saúde

Determina que todos os serviços e organismos dependentes ou tutelados pelo membro do Governo responsável pela área da saúde, incluindo as entidades públicas empresariais, devem remeter ao Ministro da Saúde, através da Administração Central do Sistema de Saúde, I. P., relatórios trimestrais, elaborados pelo respetivo Auditor Interno, respeitantes à execução financeira no trimestre anterior

[Despacho n.º 7709-C/2016 - Diário da República n.º 111/2016, 2º Suplemento, Série II de 2016-06-09](#)

Saúde - Gabinete do Secretário de Estado da Saúde

Determina que qualquer quantia recebida a título de subsídio, patrocínio ou subvenção, concedida aos serviços e organismos dependentes ou tutelados pelo membro do Governo responsável pela área da saúde, não pode constituir um incentivo, nem contrapartida da recomendação, prescrição, aquisição, fornecimento, venda ou administração de medicamentos, ou de outros dispositivos médicos ou tecnologias de saúde [Despacho n.º 7824/2016 - Diário da República n.º 113/2016, Série II de 2016-06-15](#)

[Relatorio de Primavera 2016 OPSS 14-06-2016](#)

OBSERVATÓRIO
DA SAÚDE

[Circular Informativa N.º 86/CD/100.20.200. de 08/06/2016](#) - Esclarecimento sobre os preços a praticar para determinação da redução de 7,5% previsto na Portaria n.º 48/20016, de 22 de março

INFARMED

**Sistema de preços de referência na comparticipação de medicamentos pelo SNS | 3º
Trimestre de 2016**

— [Circular Informativa N.º 89/CD/100.20.200 Data: 15/06/2016](#)

[Publicação para efeitos do artigo 15º-A do Decreto -Lei n.º 176/2006, de 30 de Agosto](#) -
pedidos de autorização de introdução no mercado de medicamentos genéricos

| | |
|--|-----------------------|
| Estudo de avaliação das parcerias público-privadas na saúde | ERS |
| <p>A ERS, em resposta a solicitação do Ministério da Saúde, e ao abrigo das atribuições estabelecidas nos seus estatutos, elaborou um estudo de avaliação das parcerias público-privadas na saúde, focando quatro vertentes: eficiência relativa, eficácia, qualidade clínica e custos de regulação. Este estudo foi remetido pela ERS ao Ministério da Saúde em 23 de Maio de 2016.</p> | |
| Medical devices: Health Committee MEPs approve stricter EU safety requirements | PARLAMENTO EUROPEU |
| <p>Close up of hand holding silicon breast implant - ©AP Images/European Union/EP</p> <p>Plans for stricter monitoring and certification procedures to ensure full compliance and traceability of medical devices, such as breast or hip implants, were backed by Health Committee MEPs on Wednesday. MEPs also approved legislation to tighten up information and ethical requirements for diagnostic medical devices used for example in pregnancy or DNA testing. Both files were informally agreed with the Dutch Presidency of the Council</p> | |
| Council conclusions on strengthening the balance in the pharmaceutical systems in the EU and its Member States | CONSELHO EUROPEU |
| Council conclusions on the next steps under a One Health approach to combat antimicrobial resistance | |
| The Pharmaceutical Industry in Figures | EFPIA |
| Human Medicines Submission of scientific data (updated) | EMA |
| Q&A Variations | HMA |
| New guidance to make children's medicines safer and more effective | OMS |
| <p>To address the gap in children's medicines, the World Health Organization (WHO) and the International Pharmaceutical Federation (FIP) today release new guidelines for health care professionals prescribing or supplying medicines for children when no authorised product exists. The guidelines are available to all countries and professionals on the two organisations' web sites.</p> <p>Paediatricians and health professionals all over the world have long struggled with the lack of authorised and commercially available child-specific medicines. They are often forced to use adult medicines when treating children, for example by crushing tablets or making products from scratch. This approach poses significant risks, increasing the potential for</p> | |

inaccurate dosing and impacting on the quality, safety and efficacy of the medicine.

- [FIP-WHO technical guidelines](#): Points to consider in the provision by health-care professionals of children specific preparations that are not available as authorized products

[WHO launches data integrity guidelines to protect patients all over the world](#)

People worldwide depend on the correct and competent behavior of a number of institutions and on manufacturers when they take their medicines. Those medicines must be of good quality, safe and effective. But largely due to human error, or, in some cases, pure profiteering, it happens that those institutions and manufacturers do not carry out their work adequately. The possible result of this is that risky or ineffective medicines may come to market, endangering patients or, at best, wasting precious health resources on treatments that don't work.
